

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do
relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. José de Souza Campos, 507 – 5º andar
Edifício Toulon | Cambuí
Campinas | SP | Brasil

T +55 19 3294.8008
www.grantthornton.com.br

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rota do Oeste S.A.
Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante em R\$ 1.358.272 mil decorrente da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, a Companhia encontra-se em negociação com instituições financeiras para a contratação de novos empréstimos e financiamentos de longo prazo, para reequilíbrio dessa situação. A eventual não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e respectivo plano de investimentos da Companhia e de seus negócios. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 não contem ajustes e/ ou reclassificações por conta desse assunto, e nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Ênfases

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Autos de infração – ANTT

Conforme Nota Explicativa nº 1, a Companhia possui autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER) pela Concessionária (ou Companhia), que são corroborados pela redução do valor da Receita de Construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, quando comparada com o exercício anterior, em função da suspensão das obras de duplicação em decorrência da não liberação do financiamento de longo prazo, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22 (i). Até a presente data, não houve discussão na esfera judicial do referidos processo, estando os mesmos sendo discutidos nas esferas administrativas com a ANTT. As penalidades, se impostas, ou se forem confirmadas podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive, câmaras de arbitragem, segundo os assessores legais da Companhia. Considerando as incertezas que envolvem o assunto, até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas de pedágios

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA

Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, a Companhia explora pelo regime de concessão trechos da BR 163/MT e da BR 070/MT, sendo remunerada pela cobrança de tarifas de pedágios aos usuários. O alto fluxo de transações e a sistemática de cobrança requerem que a Companhia possua controles operacionais implementados de forma a capturar adequadamente os valores provenientes dos pagamentos realizados, sejam eles em espécie ou através dos meios de pagamentos eletrônicos. A Companhia apresenta informações sobre a mensuração e reconhecimento das receitas provenientes da cobrança de pedágios nas Notas Explicativas nºs 2.2 n (i) e 22.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram avaliação dos controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento e mensuração de tais receitas e testes de controles e procedimentos analíticos substantivos. Os principais procedimentos efetuados, entre outros testes, foram: **i)** confirmação externa dos valores a receber dos meios de pagamentos eletrônicos; **ii)** teste dos controles chaves de reconhecimento e mensuração de receitas com base em amostragem; e **iii)** testes documentais para validação dos valores reconhecidos no período. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e premissas para reconhecimento e mensuração das receitas foram adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ativo intangível – Reconhecimento inicial do custo**Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA**

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.2, item i (i), a Companhia reconhece o ativo intangível referente aos gastos de recuperação, construções e melhorias realizados no trecho rodoviário sobre Concessão, em atendimento à interpretação técnica ICPC 01. Esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento ao Contrato de Concessão e não são registrados como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos.

As adições desses gastos realizadas no ativo intangível repercutem na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa nº 2.2 p (ii). O registro indevido de ativos no intangível pode apresentar risco significativo de distorções materiais nas demonstrações contábeis, como erros nos valores que seriam elegíveis a serem capitalizados e respectiva amortização. A apresentação sobre o ativo intangível é realizada na Nota Explicativa nº 15 e os efeitos do reconhecimento de receitas e custos de construção são apresentados nas Notas Explicativas nº 22 e nº 23, respectivamente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos os controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento inicial dos valores registrados no ativo intangível e sua respectiva amortização, bem como realizamos procedimentos substantivos de testes documentais, em base a amostragem, para avaliação da natureza e dos valores capitalizados como ativo intangível. Com referência à amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão, reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda de tráfego, para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, sendo o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, realizamos o recálculo da amortização para o exercício findo de 2017 e, identificamos uma diferença de R\$ 3.147 mil, ocorrida em virtude da migração do sistema operacional, no segundo semestre de 2017, em função de incorreção no processo de parametrização resultou no referido ajuste, considerado material e portanto sendo devidamente ajustado pela Companhia. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios para capitalização e amortização para o ativo intangível está aceitável no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

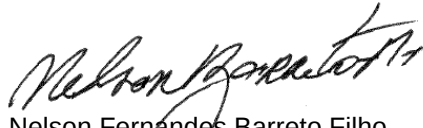
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 01 de março de 2018



Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0 S" MT



Ednilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7 S" MT

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Rota do Oeste S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.667	6.382
Aplicações financeiras	8	28.532	1.347
Conta Reserva	9	-	15.232
Contas a receber	10	18.615	14.880
Tributos a recuperar	-	772	3.037
Contas a receber - partes relacionadas	12	641	-
Despesas antecipadas	11	4.763	5.988
Outros ativos	-	2.136	935
		<u>66.126</u>	<u>47.801</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	12.425	12.713
Despesas antecipadas	11	2.949	1.921
Depósitos judiciais	19	1.343	1.223
		<u>16.717</u>	<u>15.857</u>
Imobilizado	14	2.701	3.102
Intangível	15	1.722.777	1.623.952
		<u>1.742.195</u>	<u>1.642.911</u>
Total do ativo		<u><u>1.808.321</u></u>	<u><u>1.690.712</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	-	30.811	34.517
Fornecedores - partes relacionadas	12	54.558	39.452
Empréstimos	16	983.442	1.001.043
Mútuos - partes relacionadas	12	337.298	299.142
Salários e encargos sociais	17	8.008	8.490
Tributos a pagar	-	4.679	3.943
Contas a pagar	18	5.602	5.304
Provisão para contingências	19	-	488
		<u>1.424.398</u>	<u>1.392.379</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores	-	2.514	962
Outras contas a pagar	-	1.013	-
Provisão para contingências	19	499	-
Provisão de conserva especial	20	40.979	8.679
		<u>45.005</u>	<u>9.641</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	21 (a)	363.558	313.558
Prejuízos acumulados	-	(24.640)	(24.866)
		<u>338.918</u>	<u>288.692</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>1.808.321</u></u>	<u><u>1.690.712</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das
demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Operações continuadas			
Receita líquida	22	498.490	630.983
Custo dos serviços	23	(315.535)	(428.862)
Lucro bruto		<u>182.955</u>	<u>202.121</u>
Despesas (receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	24	(20.087)	(23.305)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>83</u>	<u>645</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		162.951	179.461
Receitas financeiras	25	2.077	3.694
Despesas financeiras	25	(164.515)	(160.718)
Resultado financeiro, líquido		<u>(162.438)</u>	<u>(157.024)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>513</u>	<u>22.437</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	26	(287)	(7.637)
(Prejuízo) lucro do período		<u>226</u>	<u>14.800</u>
Lucro básico por lote de mil ações no fim do período - R\$	27	1,37	54,81

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro do período	226	14.800
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>226</u>	<u>14.800</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015		240.558	(39.666)	200.892
Lucro do período	-	-	14.800	14.800
Aumento de capital	21 (a)	73.000	-	73.000
Em 31 de dezembro de 2016		313.558	(24.866)	288.692
Lucro do período	-	-	226	226
Aumento de capital	21 (a)	50.000	-	50.000
Em 31 de dezembro de 2017		<u>363.558</u>	<u>(24.640)</u>	<u>338.918</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Períodos findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	513	22.437
Ajustes		
Depreciação e amortização	29.781	21.973
Perda na baixa do imobilizado e intangível	692	1.033
Provisão para conserva especial	30.093	7.862
Provisão para contingências	11	349
Ajuste a valor presente	2.207	391
Juros e variações monetárias, líquidas	175.481	146.341
	238.778	200.386
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(3.735)	3.044
Tributos a recuperar	2.265	271
Despesas pagas antecipadamente	197	689
Partes relacionadas	(641)	89
Outros ativos	(1.201)	1.389
Depósitos judiciais	(120)	(96)
Fornecedores	(26.128)	(8.580)
Fornecedores - partes relacionadas	10.490	3.295
Obrigações sociais e trabalhistas	(482)	(735)
Tributos a pagar	736	1.691
Contas a pagar	1.312	2.546
Caixa gerado nas operações	221.471	203.989
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2.058)
Juros pagos no financiamento	(106.581)	(36.531)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	114.890	165.400
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(26.680)	6.085
Conta reserva	15.720	(14.210)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(709)	(367)
Adições ao intangível	(99.598)	(293.425)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(111.267)	(301.917)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas		
Recursos recebidos	-	111.000
Empréstimos e financiamentos		
Pagamento de custos de transação	(49.338)	(46.389)
Aumento de capital social	50.000	73.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	662	137.611
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período	4.285	1.094
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.382	5.288
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	10.667	6.382
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período	4.285	1.094

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas	532.852	662.806
Receita de serviços	405.105	381.019
Receita de construção ICPC 01-R1	127.747	281.787
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(67.146)	(43.749)
Custo de construção ICPC 01-R1	(127.747)	(281.787)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(70.594)	(57.759)
Valor adicionado bruto	267.365	279.511
Depreciação e amortização	(29.781)	(21.973)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	237.584	257.538
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.077	3.694
Outros	148	1.618
Valor adicionado total a distribuir	239.809	262.850
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	33.574	39.653
Remuneração direta	28.543	33.940
Benefícios	3.126	3.614
FGTS	1.905	2.099
Impostos, taxas e contribuições	40.481	48.840
Federais	20.991	31.006
Estaduais	194	172
Municipais	19.296	17.662
Remuneração de capitais de terceiros	165.527	159.557
Juros	163.243	157.664
Aluguéis	1.520	1.599
Outros	764	294
Remuneração de capitais próprios	226	14.800
Lucro do período	226	14.800
Valor adicionado distribuído	239.809	262.850

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”):

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (ODBVias) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (OTP).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Não houve, até o momento, trânsito em julgado dos processos administrativos instaurados pela ANTT.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$ 1.358.272 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 1.344.578), principalmente, em virtude dos financiamentos de curto prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF), com vencimentos em 15 de março de 2018 e 20 de maio de 2018, respectivamente. A Companhia previa em seu Plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas. Para equalizar os efeitos do CCL negativo, a Companhia utilizou os recursos advindos das atividades operacionais da Companhia, os aportes dos acionistas (Nota nº 21) e os mútuos subordinados contratados (Nota nº 12), no decorrer do ano de 2017, para equalizar o CCL, até que ocorra a captação do empréstimo de longo prazo.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, acionista indireto, da Companhia.

Apesar do seu acionista indireto ter se comprometido com um acordo de leniência, e estar prestando todos os esclarecimentos necessários, a Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos bem como sequer foi alvo de menções e não teve nenhum executivo mencionado, indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 01 de março de 2018.

2. Políticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas na categoria: mantidas até o vencimento e encontram-se registrados ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2017, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota nº 8).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

Em 31 de dezembro de 2017, compreende a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7), "Contas a receber" (Nota 10) e "Outros ativos".

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

g) Contrato de concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, é registrada como ativo intangível na medida em que o concessionário tem acesso para construir e/ ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela concessionária, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que gerou benefícios econômicos futuros associados a investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

i) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota nº 15.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j) Provisão para conserva especial

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Provisão para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais, conforme demonstrado na Nota 19.

l) Ajuste a valor presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

m) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

o) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

p) Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção ICPC 01-R1

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01-R1, quando a Concessionária presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Contabilização de contratos de concessão, de acordo com a ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

A Administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2017	2016	2017	2016	2017	2016
127.747	281.787	(127.747)	(281.787)	-	-

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, o rendimento de aplicação financeira.

q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (ODEPREV), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (ODB), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

r) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do integrante, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

s) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

t) Capitalização dos custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

u) Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 – "Receita de Contratos com Clientes" – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – "Contratos de Construção", IAS 18 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção;

- IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para primeiro de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- IFRS 16 – "Arrendamentos" – Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento dos contratos de arrendamento. A versão completa do IFRS 16 foi publicada em janeiro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.3. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme interpretação técnica ICPC 01, desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção pelo fato da Companhia ter adotado margem próxima de zero.

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2017		
Fornecedores	35.909	2.514
Fornecedores - partes relacionadas	49.460	-
Mútuos - partes relacionadas	337.298	-
Empréstimos e financiamentos	983.442	-
Em 31 de dezembro de 2016		
Fornecedores	34.517	962
Fornecedores - partes relacionadas	39.452	-
Mútuos - partes relacionadas	299.142	-
Empréstimos e financiamentos	1.001.043	-

- Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores estão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- As faixas de vencimento apresentadas refletem os prazos contratualmente pactuados com os credores.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação as taxas de juros, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo:

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	7,1%	6,8%	6,8%	6,8%	6,8%	6,8%	6,8%	6,8%	6,8%

(*) Fonte: Projeção Banco Caixa Geral – 31/12/2017.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	6,9%	8,6%	10,3%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2017 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte BNDES	mai/18	Alta TJLP	82.782.302	86.947.022	91.070.992
Empréstimo Ponte CEF	mai/18	Alta TJLP	32.688.909	32.742.052	32.804.050

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	983.442	1.001.043
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(10.667)	(6.382)
Aplicações financeiras (Nota 8)	(28.532)	(1.347)
Conta reserva (Nota 9)	-	(15.232)
Dívida líquida	944.243	978.082
Total do patrimônio líquido	338.918	288.692
Total do capital próprio e de terceiros	1.283.161	1.266.774
Índice de alavancagem financeira - %	74	77

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	10.667	6.382
Aplicações financeiras	28.532	1.347	-	-
Conta reserva	-	15.232	-	-
Contas a receber	-	-	18.615	14.880
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	641	-
	28.532	16.579	29.923	21.262
			Outros passivos financeiros	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos			983.442	1.001.043
Fornecedores			33.325	35.479
Fornecedores - partes relacionadas			54.558	39.452
Mútuos - partes relacionadas			337.298	299.142
Contas a pagar			5.602	5.304
			1.414.225	1.380.420

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	17.997	14.094
Receitas acessórias	618	786
Total de contas a receber	18.615	14.880
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	28.532	16.579
	28.532	16.579
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	21	19
Bancos conta movimento	9.112	4.726
Numerários em trânsito	828	865
Fundo de troca	706	772
	10.667	6.382
	39.199	22.961

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa geral	21	19
Bancos conta movimento	9.112	4.726
Numerários em trânsito	828	865
Fundo de troca	706	772
	10.667	6.382

8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 28.532 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 1.347). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

9. Conta reserva

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças junto aos Bancos Fiadores, (ING, Crédit Agricole, Banco do Brasil, Itaú BBA, Banco Pine e Banco ABC Brasil), e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade da Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto ao BNDES desde 15 de maio de 2016 e do empréstimo ponte junto à CEF desde 01 de agosto de 2016.

Em março de 2017, a Companhia liquidou o saldo devedor, que estavam depositados em Conta Reserva, equivalente aos juros da CEF incorridos de agosto de 2016 a fevereiro de 2017 no montante de R\$ 21.120.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não apresentava saldo na Conta Reserva, devido aos valores depositados nesta conta serem utilizados mensalmente, para liquidar os juros do empréstimo ponte do BNDES e CEF (31 de dezembro de 2016 – R\$ 15.232).

10. Contas a receber

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	13.046	11.449
Vale pedágio	4.951	2.645
Receitas acessórias	618	786
	18.615	14.880

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber.

11. Despesas antecipadas

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Seguros a apropriar	5.132	5.318
Despesas com financiamentos e outras	2.580	2.591
	7.712	7.909
Ativo circulante	4.763	5.988
Ativo não circulante	2.949	1.921

12. Partes relacionadas

	Saldos			Transações		
	Ativo	Passivo		Resultado		
	Contas a Receber	Mútuo	Fornecedores	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (i)	-	-	24	925	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (ii)	-	-	39.793	14.347	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. (iii)	-	291.210	-	-	-	32.564
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	641	-	9.855	15.568	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (v)	-	-	4.828	2.655	-	-
Odebrecht Transport S.A. (vi)	-	46.088	-	-	-	5.147
Odebrecht Previdência ("Odeprev") (vii)	-	-	58	-	105	-
Em 31 de dezembro de 2017	641	337.298	54.558	33.495	105	37.711
Em 31 de dezembro de 2016	-	299.142	39.452	133.309	216	41.724

a) Composição

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) Refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO;

- (ii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (turn-key lump sum), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. (CNO BR), atual OEI, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção ("INCC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice de Obras Rodoviárias – pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

A contratação da OEI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia BR-163/MT.

Data do contrato	Nota	Vencimento	Taxa de remuneração	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
30/12/2015	(a)	28/06/2018	125% do CDI	195.744	173.851
23/02/2016	(b)	28/06/2018	125% do CDI	25.066	22.245
14/03/2016	(b)	28/06/2018	125% do CDI	19.609	17.390
28/03/2016	(b)	28/06/2018	125% do CDI	25.990	23.038
08/07/2016	(c)	28/06/2018	125% do CDI	24.801	21.901
				291.210	258.425

- a) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- b) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de Cessão de Créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias;
- c) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

O vencimento dos mútuos está previsto para 28 de junho de 2018, conforme último aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na Rodovia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 32.564 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

- (iii) Em 08 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e ODBVias assinaram o Termo de Distrato e Encerramento contratual, o qual formaliza o encerramento contratual, tendo em vista a conclusão das obras.

Em 1º de setembro de 2016, a Companhia assinou um Acordo de Rateio de Despesas com a ODBVias e CRB para rateio de despesas administrativas e financeiras. O acordo visa evitar o dispêndio excessivo de recursos por parte das empresas envolvidas, considerando que a ODBVias já dispõe de uma estrutura para atuar em negócios e operações em geral, com pessoal especializado e com prestadores de serviços terceirizados, que podem ser compartilhados com as demais empresas envolvidas no acordo.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia assinou Contrato de Elaboração de Projetos de Engenharia com a ODBVias, que tem como objeto prestação de serviços de Engenharia para elaboração e desenvolvimento de Anteprojetos, Projetos Executivos para as obras de Fluidez da Rodovia dos Imigrantes BR-070 e para o Trecho de 108 km entre Cuiabá/MT e Rosário Oeste/MT. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um bônus de desempenho, caso o projeto executivo final resulte em redução de valores totais de implantação das obras. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento, Acompanhamento, Qualificação e Consultoria de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras, os projetos e execução dos serviços de conserva especial e de rotina executados por terceiros contratados pela Companhia e executar orçamentos de obras e custos indiretos, prestação de serviços de consultoria técnica especializada de engenharia e meio ambiente e elaboração de estudos de viabilidade dos investimentos relativos as obras. Este contrato prevê três naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa”, “remuneração variável” e “remuneração mediante aprovação de orçamento”. A remuneração fixa corresponde ao percentual de 5,29% aplicado sobre os serviços gerenciados discriminados nas Ordens de Serviço emitida pela ODBVias, será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições elaboradas de acordo com as respectivas Ordens de Serviço. Remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ ou melhorias técnico-comerciais. A remuneração Mediante Aprovação de Orçamento consiste em serviços técnicos especializados prestados pelo corpo técnicos de profissionais especialistas em projetos, soluções de engenharia e orçamentos de obras da ODBVias. Não há garantias previstas neste contrato.

- (iv) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, Série 3, acumulado no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrado o montante de R\$ 4.828. Não há garantias previstas neste contrato.

Data de liberação	Vencimento (*)	Taxa de remuneração	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
24/06/2016	28/06/2018	125% do CDI	46.088	40.717
			46.088	40.717

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 5.147 de juros sobre o contrato de mútuo.

- (v) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, totalizaram os montantes de R\$ 2.236 e R\$ 3.400, respectivamente:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Salários	1.817	2.825
Encargos	349	565
Previdência complementar	50	10
Outros	20	-
	2.236	3.400

c) Participação no lucros e resultados

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados no montante de R\$ 3.625 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 4.452) (Nota nº 17).

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	22.919	22.163
Resultado pré-operacional	15.978	22.162
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(41.013)	(34.640)
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	13.048	2.816
Outras diferenças temporárias	1.493	212
	12.425	12.713

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
2017	-	1.457
2018	-	13.580
2019	11.356	2.820
2020	11.563	4.306
2021 em diante	-	-
	22.919	22.163

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

14. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	898	1.357	581	1.818	1.687	6.341
Depreciação/exaustão	(205)	(485)	(165)	(832)	(1.552)	(3.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	693	872	416	986	135	3.102
Aquisições	54	383	-	272	-	709
Transferências	(264)	223	-	-	6	(35)
Depreciação	(111)	(269)	(67)	(385)	(141)	(973)
Baixa líquida	-	(1)	(3)	(98)	-	(102)
Saldo contábil	372	1.208	346	775	-	2.701
Custo	525	2.159	578	1.856	-	5.118
Depreciação/exaustão acumulada	(153)	(951)	(232)	(1.081)	-	(2.417)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	372	1.208	346	775	-	2.701
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na Demonstração do resultado do exercício, conforme Notas nº 23 e nº 24.

15. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	746.354	67.119	537.561	303.752	369	1.655.155
Amortização	(16.619)	(1.811)	(12.643)	-	(130)	(31.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	729.735	65.308	524.918	303.752	239	1.623.952
Aquisições	-	3	-	127.649	606	128.258
Transferências	64.174	23.398	168.922	(274.178)	-	(17.684)
Juros e encargos capitalizados	-	-	17.649	-	-	17.649
Amortização	(15.855)	(6.543)	(6.306)	-	(104)	(28.808)
Baixas, líquidas de amortização	-	(63)	(527)	-	-	(590)
Saldo contábil	778.054	82.103	704.656	157.223	741	1.722.777
Custo	810.528	90.359	723.254	157.223	969	1.782.333
Amortização	(32.474)	(8.256)	(18.598)	-	(228)	(59.556)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	778.054	82.103	704.656	157.223	741	1.722.777
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na Demonstração do resultado do exercício, conforme Notas 23 e 24.

(i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de “Recuperação”, “Operação”, “Melhoramentos” e “Intangível em formação”, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da Concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro 2017, refere-se à ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de Concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica “Recuperação” consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica “Operação” consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica “Melhoramentos” consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica “Intangível em formação” é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 17.649 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016 R\$ 35.282), em atendimento ao CPC 20 – Custo de Empréstimos.

A Companhia possui junto a CNO adiantamentos no montante de R\$ 71.403, relacionados à execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT.

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de *softwares*, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

16. Empréstimos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TJLP + 2,9%	666.096	666.155
Empréstimo Caixa Econômica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	329.703	342.470
Custos de captação a amortizar (d)	R\$		(12.357)	(7.582)
			983.442	1.001.043

a) Movimentação

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldo no final do exercício	1.001.043	938.378
Juros provisionados	93.755	96.490
Juros pagos	(106.581)	(36.531)
Custo de transação	(49.338)	(46.389)
Amortização do custo de transação	44.563	49.095
Saldo final do exercício	983.442	1.001.043

b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo, R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016, e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 8 de maio de 2016.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias e da OTP na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do Contrato de Prestação de Garantia.

Em 22 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 29 de julho de 2016 para 14 de novembro de 2016. Em paralelo, em 26 de julho de 2016, celebrou aditivo do Contrato de Prestação de Garantias juntos aos Bancos Fiadores, em que foi prevista a constituição de uma Conta Reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016 (Nota nº 9). Já a amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES seria realizada em parcela única.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 14 de novembro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016 no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em Conta Reserva, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A partir desta alteração nas obrigações da Companhia, deixou de ser necessária a continuidade da realização de depósitos na Conta Reserva constituída junto aos Bancos Fiadores.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 15 de fevereiro de 2017 para 15 de maio de 2017.

Em 15 de maio de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 15 de maio de 2017 para 15 de agosto de 2017, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes. Mediante o cumprimento de exigências previstas no contrato em questão, a Companhia obteve a prorrogação automática do vencimento da dívida para 15 de novembro de 2018.

Em 15 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 15 de novembro de 2017 para 15 de fevereiro de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

O saldo atualizado dos contratos em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 666.096.

c) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº. 445.809-84 no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP, o vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças junto aos Bancos Fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade de a Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do Empréstimo Ponte junto à CEF desde 01 de agosto de 2016.

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em Conta Reserva, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente será efetuada a partir dos depósitos na Conta Reserva constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 20 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES, conforme Nota nº 30.

O saldo atualizado do contrato em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 329.703.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016
	CEF	BNDES	Total
Saldo no início do período / exercício	1.072	6.510	7.582
Custos incorridos	2.672	46.666	49.338
(-) Amortizações	(2.856)	(41.707)	(44.563)
Saldo no final do período / exercício	888	11.469	12.357

e) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras (Fiadores). Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Em 06 de maio de 2016 a ODBVias e a OTP assinaram carta de fiança corporativa em favor dos Fiadores perante o Contrato de Prestação de Garantias. Esta fiança garante aos Fiadores o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias do Contrato de Prestação de Garantias.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Encargos sociais e trabalhistas	4.383	4.007
Benefícios a empregados	-	31
Participação nos lucros e resultados	3.625	4.452
	8.008	8.490

18. Contas a pagar

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Seguros a pagar	1.471	377
Verbas do contrato de concessão	1.210	3.804
Outras contas a pagar	2.921	1.123
	5.602	5.304

19. Provisão para contingências

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Reclamações cíveis	471	433
Outras	28	55
	499	488
Passivo circulante	-	488
Passivo não circulante	499	-

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 8.689 em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 5.642).

No período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta R\$ 1.343 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 1.223) na rubrica de depósitos judiciais referente à processos de desapropriações e ações trabalhistas.

20. Provisão para conserva especial

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 40.979 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 8.679) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 05 anos, descontados a valor presente de 11,15% a.a. (31 de dezembro de 2016 - 13,30% a.a.) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 50.000, mediante emissão de 50.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizados em moeda corrente nacional, realizados pela acionista ODBVias.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 363.558, representado por 363.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista ODBVias.

22. Receita líquida

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	127.747	281.787
Receitas em numerário	139.667	142.209
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	160.606	146.274
Receitas de vale pedágio (iii)	99.975	87.699
Receitas acessórias	5.003	4.481
Outras receitas de pedágio	5	534
Receita de operação	405.256	381.197
Receita total	533.003	662.984
Tributos sobre serviços de operação	(34.362)	(31.822)
Outras deduções	(151)	(179)
	498.490	630.983

- (i) A Companhia reconheceu, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, R\$ 127.747 e R\$ 281.787, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. A redução do valor da Receita de Construção, quando comparada com o exercício anterior refere-se basicamente a suspensão das obras de duplicação em decorrência da não liberação do financiamento de longo prazo;
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento *Automatic Vehicle Identification* (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;

- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

23. Custo dos serviços

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Depreciação e amortização	(29.189)	(20.848)
Salários e encargos	(30.763)	(33.781)
Gastos gerais	(13.764)	(22.538)
Serviços de terceiros	(66.293)	(52.740)
Seguros	(5.839)	(4.437)
Provisão para conserva especial	(30.093)	(7.862)
Materiais	(11.001)	(3.821)
Aluguéis	(846)	(1.048)
	(187.788)	(147.075)
Custo de construção ICPC 01-R1	(127.747)	(281.787)
	(315.535)	(428.862)

24. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Salários e encargos	(8.555)	(12.211)
Serviços de terceiros	(5.866)	(4.230)
Depreciação e amortização	(592)	(1.125)
Materiais e equipamentos	(544)	(821)
Despesa com veículos	(358)	(281)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(1.617)	(1.465)
Despesas com viagens	(460)	(762)
Provisão para contingências	(11)	(351)
Gastos gerais	(2.084)	(2.059)
	(20.087)	(23.305)

25. Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(79.433)	(69.873)
Juros sobre mútuos	(37.711)	(39.145)
Custos de transação	(40.006)	(40.761)
Juros sobre atraso	(2.588)	(7.177)
IOF	(468)	(2.653)
Ajuste a valor presente	(2.207)	(391)
Outras	(2.102)	(718)
	(164.515)	(160.718)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.981	3.438
Outras	96	256
	2.077	3.694
Resultado financeiro, líquido	(162.438)	(157.024)

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultado antes dos impostos	513	22.437
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(174)	(7.629)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	-	-
Exclusões permanentes, líquidas	(113)	(8)
Outros	-	-
Efeito IR e CSLL no resultado	(287)	(7.637)
IR e CSLL corrente	-	-
IR e CSLL diferido	(287)	(7.637)
Total de IR e CSLL diferidos	(287)	(7.637)

27. Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro do período	226	14.800
Quantidade média ponderada de ações	164.841	270.002
Lucro básico por lote de mil ações	1,37	54,81

28. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do exercício findo em 31 de dezembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fornecedores	23.974	39.057
Partes relacionadas	4.616	16.010
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	28.590	55.067
Aquisição de ativo intangível	(28.590)	(55.067)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(28.590)	(55.067)

29. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do Contrato de Concessão, onde são exigidos: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Risco de engenharia + ALOP	3.037.621	mai/15 a mar/19
Garantia de concessões públicas	343.634	mar/17 a mar/18
Risco operacional	342.704	jun/17 a jun/18
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000	mai/14 a mar/19
Risco de administradores e diretores	40.000	mar/17 a mar/18
Responsabilidade civil	60.000	jun/17 a jun/18
Seguro de veículos (a)	(*)	out/17 a set/18

(*) 100% a 110% da tabela FIPE.

30. Eventos subsequentes

Ocorreram pagamentos de juros do financiamento junto ao BNDES em 15 de janeiro de 2018 no montante de R\$ 5.355 e em 15 de fevereiro de 2018 no montante de R\$ 5.283.

Em 22 de janeiro de 2018, foram pagos juros junto a CEF no montante de R\$ 2.748.

A Companhia celebrou em 28 de fevereiro de 2018 aditivo contratual de prestação de garantias com os Bancos fiadores (ING, Crédit Agricole, Banco do Brasil, Itaú BBA, Banco Pine e Banco ABC Brasil), do empréstimo Ponte BNDES/CEF, atendendo condições do contrato de financiamento, para postergação da amortização do principal da dívida para 15 de maio de 2018.

* * *

